



# REVISTA ELETRÔNICA DISCENTE HISTÓRIA.COM UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS

## O SETE D'ABRIL E A FORMULAÇÃO DO REGRESSO

Luaia da Silva Rodrigues<sup>1</sup>

### Resumo

Durante o período regencial surgiu um grupo político intitulado de Regresso na cena política brasileira. Eles defendiam a reconstrução da ordem e a centralização do poder. Bernardo Pereira de Vasconcelos, um importante político e jornalista da época, e seu jornal, o Sete d'Abril, foram essenciais para a formulação e legitimação desse projeto político que foi o embrião do partido Saquarema formado na segunda metade do século XIX. O objetivo deste artigo é refletir sobre a importância da imprensa, especificamente do Sete d'Abril, para a formulação do Regresso. A análise de seus discursos é essencial para compreender o movimento regressista como expressão das próprias disputas por poder e por um espaço de atuação no processo de construção do Estado brasileiro.

**Palavras-Chaves:** Regresso. Bernardo Pereira de Vasconcelos. Sete d'Abril.

### Introdução

Desde sua Independência, o Brasil passou por um longo processo de definição da Nação e de construção do Estado. Políticos, jornalistas, intelectuais e movimentos de rua discutiam e pensavam, cada um a sua forma, os contornos do Brasil independente. Durante o processo de constituição da Nação brasileira e de seus cidadãos, bem como na construção do Estado, e de suas instituições políticas, a palavra impressa foi imprescindível<sup>2</sup>. Juntamente com o Parlamento, a imprensa ocupou um espaço privilegiado de debate, onde as mais diferentes ideias disputavam um espaço de atuação e de legitimação na cena política. Nesse sentido, a análise dos periódicos que circulavam no oitocentos tornam-se fundamentais para o mapeamento de ideias, debates, conflitos e formação de sociabilidades que foram essenciais no processo de estruturação do Brasil independente.

O Regresso foi um capítulo essencial no processo de construção do Estado brasileiro. Contudo, muito pouco se fala sobre ele. O movimento regressista faz parte

---

<sup>1</sup> Mestrando em História pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: luaiarodrigues@gmail.com

<sup>2</sup> MOREL, Marco. As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820 - 1840). 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2005.

da reorganização partidária ocorrida em meados de 1830 que foi fundamental para a organização dos partidos Luzias e Saquaremas durante o segundo reinado. O *Sete d'Abril* foi um dos principais periódicos brasileiros que divulgou os lemas do Regresso e suas ideias de ordem, centralização e paz. Ele foi um jornal extenso para os padrões da época<sup>3</sup>, pois circulou na cidade do Rio de Janeiro, desde 1833 até 1839. Em seus primeiros cinco anos de veiculação era publicado duas vezes por semana e mantinha uma média de quatro páginas por número. A partir de 1838, com a eleição de Araújo Lima para a Regência Imperial, o jornal alcançou grande notoriedade graças a legitimação dos ideais Regressistas. Isso se refletiu diretamente em sua publicação semanal – passando a ser publicado três vezes por semana em 1838 e, diariamente, em 1839.

Bernardo Pereira de Vasconcelos era um dos principais redatores do *Sete d'Abril* e foi fundamental para a formulação do Regresso, bem como de diversos outros projetos políticos imperiais. Vasconcelos nasceu em 1775 na cidade de Ouro Preto. Como a maioria da elite brasileira, e seguindo a tradição de sua família, foi enviado a Lisboa para cursar direito na Universidade de Coimbra. Retornando ao Brasil em 1820, começou sua carreira em cargos menores, por exemplo, como juiz de fora em Guaratinguetá. Só em 1825, começou a participar ativamente da política do Império, atuando na tribuna, na imprensa e no governo. Em 1826, foi eleito como deputado geral pela província de Minas Gerais, cargo desempenhado até 1837, pois no ano seguinte foi eleito para o Senado, ocupação que exerceu até sua morte, em 1850. Foi também ministro da fazenda em 1831 a 1832, e ministro da justiça e do império em 1837 a 1839. De 1842-1850 foi membro do Conselho do Estado. Além disso, elaborou, por exemplo, o Código de Processo Criminal e o projeto do Ato Adicional<sup>4</sup>.

Apesar de o *Sete d'Abril* negar diversas vezes que Bernardo Pereira de Vasconcelos seja um dos seus redatores, o jornal era a expressão da visão política de Bernardo Pereira de Vasconcelos. Essa negativa constante está relacionada com a tentativa de proteger a imagem do deputado. Isso porque, o jornal era bastante criticado e perseguido, chegando a responder diversos processos judiciais, por adotar uma acirrada oposição ao Governo regencial e por empregar uma linguagem irônica e até ofensiva.

---

<sup>3</sup> Durante as regências houve uma efervescência da palavra impressa. Com a mesma velocidade que diversos jornais surgiam, eles desapareciam. Muitos não passavam do primeiro número publicado. Sobre esse assunto ver SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

<sup>4</sup> Ver SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos e seu tempo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937; e CARVALHO, José Murilo de (org.). *Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850)*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

Como a maioria dos periódicos da época, o Sete d’Abril abordava essencialmente assuntos políticos ligados a monarquia constitucional, o absolutismo, o republicanismo, o separatismo, a centralização política, o liberalismo e o escravismo. Com isso, Bernardo Pereira de Vasconcelos e o Sete d’Abril tentavam responder a uma das principais questões da época: Como a Nação brasileira seria construída e quais seriam suas atribuições e prerrogativas? Logo, o estudo detalhado dos debates e discursos contidos no Sete d’Abril nos indicam os possíveis usos e significados que os homens oitocentistas, a exemplo de Vasconcelos, atribuíam a esses conceitos que foram indispensáveis na legitimação de um pensamento conservador no Brasil. Além disso, a análise elaborada a partir dos debates travados pelo jornal privilegia o entendimento da constituição do Brasil como um processo contínuo e resultado da disputa/negociação entre a sociedade brasileira do oitocentos.

Através de um mapeamento dos principais assuntos e temas abordados pelo Sete d’Abril durante seus anos de publicações, objetivo neste artigo construir um olhar geral sobre a fonte estudada, refletindo sobre sua evolução no decorrer do período regencial e, principalmente, priorizando o desenvolvimento do Regresso, movimento que deu origem a um pensamento conservador no Brasil oitocentista.

### **O líder da voz popular e a defesa da Reforma Constitucional**

Nos três primeiros anos de sua circulação o Sete d’Abril manteve características parecidas, tanto em suas dimensões físicas, quanto nos temas abordados. Era publicado duas vezes por semana - as terças e sábados - e impressa pela Tipografia Americana de I.P. da Costa, localizada na rua detrás do Hospício. O jornal era vendido por meio de assinaturas - a 1\$ por trimestre em 1833 e de 2\$ por semestre em 1834 e 1835 – ou por números avulsos. Nesses anos iniciais sua estrutura manteve-se inalterada, ou seja, possuía quatro páginas, cada uma delas com duas colunas e escrito em letras grandes.

O ano de 1833 pode ser resumido pelas seguintes temáticas: a constante preocupação de se reformar a constituição; o medo da possível volta de D. Pedro I ao Brasil estimulado pelo grupo Caramurú; e as críticas direcionadas ao Governo e ao Senado. As reformas na constituição eram entendidas como uma forma de assegurar a Independência política conquistada anos antes, além disso, havia uma preocupação para que elas prevenissem *os diversos abusos e disputas acirradas pelo poder*. No bojo dessa discussão duas questões destacavam-se: uma a respeito da vitaliciedade do Senado e outra sobre quem teria o poder de legislar as reformas, se

somente a Câmaras dos Deputados ou se o Senado também deveria participar conjuntamente.

Nesse momento, o Sete d’Abril defendia tanto a não interferência do Senado nas discussões da Reforma, quanto sua não vitaliciedade. Isso porque ele era essencialmente composto por homens que apoiavam D. Pedro I e que, por consequência, eram contra a maioria das políticas reformistas. Era um momento delicado, pois as disputas pelo o poder intensificaram-se após a abdicação e o medo era que as conquistas adquiridas até aquele momento fossem perdidas com o retorno de antigo imperador.

O Brazil conhece a vilania, a baixeza, a indignidade, e a falta de carcter de toda a magna comitente caterva caramuruana; gente parasita, sem vergonha, cuja a habilidade se conhece apenas por algum rapandorio e por uma conducta sempre desregrada e imoral. (...)  
Todos os descontentes; todos os retrogradados que não podem conceber a ideia de que o Brazil deixasse de fazer parte, como Colonia, de Portugal, são os que tudo arriscão para a restauração [...]<sup>5</sup>

Devido as conturbações desse momento as críticas ao Governo eram inevitáveis. A maioria delas ligava-se à *falta de energia da administração para tomar medidas ou para reprimir os atos desrespeitosos dos caramurus*. As diversas censuras ao governo indicam a heterogeneidade dos grupos políticos e a própria fragilidade das uniões partidárias.

Todos clamão e os clamores todos se perdem nos ares: os povos queixão-se dos Juizes de Paz, estes do Ministerio, este da falta de medidas Legislativas, e não se sabe ao certo quem tem razão; nós porem cremos que o mais culpado de todas as vexações que soffremos, he o Governo Supremo, que tanto no tempo das sessões legislativas, como antes e depois dellas, elle he a mesma coisa, sempre atado, sem energia, e até parece que nem tem ação. [...]

Ah! Governo; se a vossa conducta não for mais franca, se abandonardes o partido que vos tem sustentado aos dictames do seu justo ressentimento, e patriotismo ofendido receamos com a vossa queda, e extinção dos homens que mais se tem comprometido pelo Brazil, um fucturo desastrozo e de continuada devastação da nossa Pátria.<sup>6</sup>

Esse quadro instável levou políticos e jornalistas a defenderem a união temporária entre os liberais moderados e exaltados com o objetivo de assegurar a liberdade política conquistada em 1831. Segundo o Sete d’Abril, às divisões partidárias favoreciam o crescimento do grupo caramuru porque *enquanto brigavam entre si, os maiores inimigos do Brasil independente iam ganhando terreno*. Tal receio era realçado com a proximidade das eleições e possibilidade desse grupo conquistar um

<sup>5</sup> Sete d’Abril n.7 – p.1 e Sete d’Abril n.51 – p.2

<sup>6</sup> Sete d’Abril n.62 – p.2

espaço maior de atuação na cena pública. No partido Nacional – como foi chamado a união entre moderados e exaltados- estavam *reunidos todos os homens livres em um só sentimento; para nem que restauradores, nem anarquistas pudessem cantar triunfo sobre o nosso solo.*

Em 1834, o periódico continuou sua marcha crítica ao governo. Agora, ele possuía alvos específicos na máquina governamental, como os ministros e os magistrados, que em sua opinião *seriam os responsáveis pela destruição da ordem social.* Para ele, nenhuma das necessidades do Brasil tinha sido de fato resolvida, inclusive a tão defendida Reforma Constitucional. Por suas pesadas críticas aos representantes do Governo, o Sete respondeu alguns processos judiciais. Para driblar as ameaças constantes de processos e continuar sua repreensão ao Governo, o redator começou a recopilar artigos de outros periódicos, principalmente do Astro de Minas e do Carapuceiro, onde suas ideias e críticas estavam representadas. Tal estratégia tornou-se hábito e o periódico continuou com suas recopilações até seu último dia de publicação.

A partir desse momento, o jornal transformou-se num defensor da liberdade da imprensa. Para ele, as críticas eram necessárias dentro do sistema representativo, pois alertavam e corrigiam os erros cometidos pela Administração governamental, como *impedir empréstimos ruinosos, medidas extralegais e infrações contínuas as leis.* Além do mais, o país carecia, em sua opinião, de constituir uma nova oposição, já que a única existente, naquele momento, desejava derrubar as instituições sociais organizadas após 1831.

Não pode subsistir uma forma de Governo livre, impenetrável ás setas do egoísmo e da ambição, e á salvo dos embates das infracções dos direitos individuais; e nem mesmo pode serenamente tremular o pendão da Liberdade no meio de uma população, se esta não tem a ventura de possuir em seu seio uma oposição que, gritando altamente contra os desvarios e abusos de poder, e indicando quais as veredas que devem trilhar os Governantes [...].<sup>7</sup>

Durante o ano de 1834, a Reforma Constitucional foi finalmente promulgada após inúmeras discussões parlamentares. Apesar de toda a defesa por sua realização, pouca coisa foi dita nas páginas do Sete d’Abril após sua conclusão. Apesar disso indicar um possível desagrado com o seu resultado, palavras otimistas anunciaram a execução do Ato Adicional no final do ano.

---

<sup>7</sup> Sete d’Abril n.154 – p.1

Estão decretadas as reformas com aplauso universal, o interesse publico reclama sua execução; eis o momento verdadeiramente, em que rebentão os diques de toda a sorte de interesses individuaes [...] O Patriota illeso, aquelle que era anteriormente o primeiro em alçar voz para discretear sobre a utilidade da nova instituição, é o que hoje mais se apressa em desertar das fileiras da Patria [...].<sup>8</sup>

Logo após a promulgação do Ato Adicional, a frágil união entre o grupo dos moderados torna-se insustentável. O Sete d’Abril começa a definir a existência de dois tipos de liberais moderados, os que representavam uma moderação falsa, que *facilmente sacrificava a verdade, o dever e a consciência* e uma que significava a *dignidade no caráter, retidão e força na maneira de pensar sobre a causa pública*. Segundo o redator da folha, esse primeiro grupo tinha corrompido a significação original de sua denominação – advinda da Revolução Francesa-, pois *“não tem governado sobre nenhum plano, sua marcha tem sido filha das afeições e simpatias individuais e de seus caprichos, sem que tenham fitado o bem da Pátria”*<sup>9</sup>. Portanto, essa ruptura visível desde fins de 1834, se aprofundou nos anos seguintes, ocasionando a constituição de novas sociabilidades e a formação do Regresso.

### A transição

No início de 1835, o Sete d’Abril critica o resultado final das tão sonhadas Reformas Constitucionais. Para ele, elas seriam *mancas, se não injustas, e a muitos respeitos, impolíticas*. Aqui, Bernardo Pereira de Vasconcelos, autor do projeto inicial do Ato Adicional, expressa sua insatisfação com as alterações realizadas em seu projeto. Segundo ele, as emendas feitas levariam a uma descentralização perigosa para a manutenção da monarquia constitucional.

Uma das novas determinações do Ato Adicional era a substituição da regência trina pela una. Por isso, a maioria dos artigos publicados pelo Sete no ano de 1835 discutiam as qualidades dos candidatos à Regente do Império. Nessa disputa, Vasconcelos e seu jornal, apoiavam integralmente o Padre Antônio Feijó, o que significaria, em sua opinião, uma nova correlação de forças na cena pública. Com o aprofundamento da divisão entre os moderados<sup>10</sup>, Vasconcelos esperava conseguir através de Feijó um espaço de atuação e poder na política imperial.

<sup>8</sup> Sete d’Abril n.153 – p.3

<sup>9</sup> Sete d’Abril n.187 – p.2

<sup>10</sup> Essa racha fica explícito durante todo o ano de 1835, quando Evaristo da Veiga e Bernardo Pereira de Vasconcelos, antes aliados, declaram publicamente, através da Aurora Fluminense e do Sete d’Abril, a divergência de seus interesses políticos e de suas sociabilidades.

O padre Feijó ganha a disputa eleitoral e é nomeado regente do império. Só que, diferentemente de como esperava, Vasconcelos não conseguiu nenhum cargo de importância no Governo, pelo contrário, viu o novo regente se aliar a Evaristo da Veiga e aos demais moderados a qual fazia oposição. Conseqüentemente, as críticas ao governo de Feijó não demoraram muito a aparecer, após dois meses de sua posse, realizada no dia 12 de outubro, o Sete já reclamava que o novo regente tinha escolhido pessoas incapacitadas para assumir os cargos governamentais.

Esse fato foi o estopim para Vasconcelos voltar a mencionar a necessidade da criação de um terceiro partido, um partido que evitasse os extremos daqueles que tinham se desenvolvido, e que fosse o *símbolo do justo meio e possuidor do pensamento da verdadeira moderação*. Para esse partido ser *a âncora da salvação do Estado*, seus membros deveriam possuir um *coração brasileiro que sabe palpitar pela verdadeira liberdade e interesse da Pátria*. Portanto, a formulação do Regresso já se configurava desde fins de 1835.

O Sistema regressivo é o que convêm ao Brasil, ao mundo inteiro [...] consiste na adopção de methodos que excluão medidas precipitadas, que embarguem a adopção de theorias incompletas ou que não tenham em seu abono o cunho da experiencia; adverte ao legislador que não confunda suas ideias pessoais com as necessidades publicas [...] e que se sirva de todas as idéias, de todos os principios verdadeiros, applicando-os segundo o exigir o Bem publico.<sup>11</sup>

### **Nabucodonosor e a reconstrução da autoridade**

O ano de 1836 foi imprescindível para as formulações das futuras doutrinas conservadoras no qual o Estado brasileiro se consolidou<sup>12</sup>. Nesse ano, por meio do Sete d’Abril, Bernardo Pereira de Vasconcelos, desassocia sua imagem como liberal moderado e assume uma nova posição política: pertence ao grupo do Regresso. Iniciou-se, portanto, um processo de legitimação do movimento regressista, abertamente definido, justificado e defendido. Nos discursos feitos, a palavra liberdade volta à tona, em uma releitura dos anos que antecederam a Regência e lembravam os primeiros embates no contexto do pós-Abdicação. Ao mesmo tempo em que a identificaram com todos os males vivenciados, voltava-se a resgatá-la para os ideais do regresso, atribuindo-lhe novas significações dentro da ordem almejada. Na ótica dos teóricos regressistas, a liberdade conquistada em 1831 passou a ser a

<sup>11</sup> Sete d’Abril n.285 – p.1

<sup>12</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. O Tempo Saquarema. São Paulo: Editora HUCITEC / Instituto Nacional do Livro, 1987.

responsável, em 1836, pelo atraso da Nação e pelo esfacelamento do país, devido aos intensos conflitos e crises políticas e econômicas ocorridas.

Aqui cabe uma ressalva: em nenhum momento os defensores do regresso objetivaram retirar os avanços conquistados até então, mesmo porque, eles participaram ativamente de todos aqueles acontecimentos. O conceito tinha amadurecido com o tempo, tinha estado presente em todos os movimentos sociais, na Corte ou nas províncias, e assumira grande importância no imaginário coletivo. A saída para essa questão foi a adequação do conceito de liberdade ao que eles acreditavam ser a verdadeira necessidade da Nação. Logo, a liberdade agora significava a ordem, a paz e uma Constituição justa.

O regresso político de que se trata é a reforma das leis ditadas pelo espírito revolucionário. Os regressistas querem Constituição que proteja os bons e castigue os maus; desejam que se eliminem de nossos Códigos leis que só protegem ladrões e assassinos, leis que são as protetoras do crime; em suma os regressistas querem de facto, e não somente em papel, como desgraçadamente temos, - Monarquia, - Constituição - e leis.<sup>13</sup>

A partir de 1837, algumas modificações ocorrem na estrutura do Sete d'Abril. Apesar de continuar com a mesma tiragem semanal e números de páginas, o valor da assinatura semestral passam de 2\$ para 3\$. Além disso, sua epígrafe muda para - *O Sete d'Abril tendo por fim defender a Constituição política do Brasil e os direitos do Imperador o Senhor D. Pedro II, receberá todos os artigos e correspondências tendentes ao mesmo fim* - o que indica sua mudança de doutrina política e partidária, gestada, como vimos, desde o ano anterior, e sua busca por novos aliados.

Os debates ocorridos nesse ano podem dividir-se em dois momentos: antes e depois de 19 de setembro de 1837, data da renúncia de Feijó ao cargo de regente do império e sua substituição, mesmo que de forma interina, por Pedro de Araújo Lima. Esse acontecimento mudou a correlação de poder existente até aquele momento. A troca de regentes significou a ascensão do grupo do Regresso aos cargos governamentais, tendo, por exemplo, Bernardo Pereira de Vasconcelos assumido o ministério da Justiça e do Império.

Na primeira metade do ano, como era de costume, os temas abordados pelo jornal foram marcados pelas censuras ao governo e pela necessidade da existência de uma oposição. Uma de suas principais acusações era de que os Governantes perseguiram os periódicos que lhes faziam oposição. Para eles, *“a liberdade de Imprensa é um sinal necessário da existência da Liberdade Política, assim também é,*

---

<sup>13</sup> Sete d'Abril n.331 – pp.1-2

*um sintoma infalível do despontamento da tirania e do despotismo”*<sup>14</sup>. Bernardo Pereira de Vasconcelos colocava a imprensa como agente social do século XIX, justamente por eles terem *a função de dissipadores da ignorância, e serem meios fundamentais de difusão da civilização*. A liberdade da imprensa era imprescindível para os homens do Regresso naquele momento, pois ela possibilitava que a sociedade civil pudesse ler e aderir a suas propostas.

Em setembro de 1837, a renúncia de Feijó foi comemorada como vitória da liberdade da imprensa, da consolidação da Constituição do Império, da ordem, da razão, enfim, do Regresso. Contudo, não foi a renúncia de Feijó que permitiu a vitória do projeto regressista. Na verdade, o sucesso do Regresso junto a elite da época provocou uma enorme pressão e resistência aos projetos políticos e econômicos propostos pelos governantes. Isso dificultava a governabilidade de Feijó, e ocasionou posteriormente seu abandono do cargo de regente do Império. O Sete, que antes era um jornal de oposição, agora se viu na defesa do Governo recém-instituído. Por causa das medidas centralizadoras adotadas a partir daquele momento, o novo sistema foi alvo de inúmeras críticas que o acusavam de destruir a liberdade e o progresso conquistado no dia sete de abril, e por isso, o periódico respondia essas críticas afirmando que:

A verdadeira Liberdade Política é, portanto a justiça pratica, é o complexo dos meios e garantias que asseguram a felicidade social; ela consiste na resistência á injustiça e opressão. Dominando nas democracias os caprichos da multidão, muitas vezes açulados por refalsado ambicioso [...] só tem permanência a justiça e existe verdadeira liberdade politica naquele sistema em que os caprichos da multidão são refreados e ela vê de encontro a eles uma entidade forte, inviolável e sagrada [...] este é o sistema monárquico constitucional representativo.<sup>15</sup>

O jornal entre os anos de 1838 e 1839 seguiu praticamente a mesma marcha doutrinária, contudo o mesmo não pode ser dito sobre sua estrutura física. A partir de abril de 1838, o Sete d’Abril começou a ser publicado três vezes por semana e em 1839, sua publicação tornou-se diária, excetos em domingos e feriados. O aumento substancial do tamanho e das tiragens do Sete assinalam que o crescimento da importância do mesmo está estritamente associados a ascensão do próprio Regresso ao poder. O ganho de importância é notado não apenas pela mudança do endereço de sua Tipografia, que passou da Rua do Hospício n.118, para a Rua da Candelária n.4, espaço geograficamente mais valorizado e menos periférico, mas também pelo

---

<sup>14</sup> Sete d’Abril n.467 – p.3

<sup>15</sup> Sete d’Abril n.491 – p.3

aumento significativo do valor de sua assinatura, que passou a custar, em 1838, 2\$500 rs trimestrais e, em 1939, 3\$ rs trimestrais.

Durante esses anos seus artigos eram subdivididos em seções recorrentes - Rio de Janeiro; Interior; Recopilação; O Sete d'Abril; Comunicados; Correspondências; Parte Comercial e Anúncios. A seção intitulada "Rio de Janeiro" sempre trazia as portarias, decretos do Governo e as transcrições das discussões ocorridas na Câmara. Já a seção "Interior" contava com notícias das diversas províncias do Brasil. A seção chamada "Recopilação" é autoexplicativa, pois transcrevia artigos considerados importantes de outros periódicos. As seções "O Sete d'Abril" e "Comunicado" eram as únicas que de fato eram escritas pelo redator e seus colaboradores. A "Parte Comercial" tratava de questões econômicas, como o preço do câmbio, dos diversos gêneros, a situação da caixa de amortização e diversos outros assuntos desse tipo, o que era algo inédito, já que nunca foi objetivo do Sete d'Abril tratar de assuntos econômicos. E por último, a seção "Anúncio" trazia publicações de notícias cotidianas.

A principal preocupação do periódico em seus dois últimos anos foi a defesa do projeto conservador gestado desde 1836 na construção do Estado Imperial. Para isso, respondiam as críticas feitas ao governo, inclusive, tentaram restringir as liberdades de alguns periódicos, como o 'Aurora', o 'Universal', o 'Parlamentar' e o 'Regresso', que em sua opinião, não eram uma oposição justa porque *inventavam calúnias e provocavam desordens*. A centralização do poder e a reconstrução da autoridade, bases do projeto Regressistas, só eram possíveis se houvessem uma nova modificação na Constituição. Portanto, o Sete d'Abril passa a defender a reinterpretação do Ato Adicional, apontando as dificuldades que o Ato impunha a administração atual. O principal argumento era de que as províncias possuíam muitos poderes e isso tornava o Estado fraco, favorecendo a revoltas e crises políticas e econômicas.

[...] se as províncias ficassem logo na ideia de que eram sujeitas ao Império, se o Governo Geral tivesse então bastante força para fazer prevalecer os direitos da União, não nos tivéramos visto a braços com tanta dificuldades: mas o Governo estava debaixo da tutela da Câmara dos deputados, achava-se demasiadamente fraco [...] A Assembleia Geral, usando do direito que lhe compete, trate de marcar positivamente e claramente as atribuições dos Poderes Provinciais: sem isso, as resistências se hão de reproduzir a cada passo, o Governo não poderá marchar e talvez a final venha a sucumbir.<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> Sete d'Abril n.531 – p.3

Em seus últimos dois anos, o Sete d'Abril desenvolve uma teoria sobre a classe conservadora<sup>17</sup> e a direção dos negócios do Estado. Para o jornal, essa classe era a única que tinha todo o interesse no progresso da Nação, mas que ele fosse feito através da ordem e da estabilidade. Ela era composta por capitalistas, negociantes, industriais, homens da ciência e das artes e, sobretudo, todos aqueles que com as mudanças repentinas não obtinham vantagens, pelo contrário, tinham tudo a perder. Logo, estas seriam as pessoas corretas para dirigir o estado brasileiro na opinião do periódico analisado. Ao dizer que *“o Governo das Sociedades pertence naturalmente a classe capitalista, industriosa, e culta delas, isto é, aquela, que segue o progresso na ordem, e a ordem no progresso”*<sup>18</sup>, o Sete d'Abril, muito mais do que evidenciar sua posição conservadora, declara quem eram suas sociabilidades políticas.

### Conclusão

No decorrer dos seis anos de publicações três momentos destacam-se. Os anos de 1833 e 1834 assinalam o primeiro momento. Nele, o parlamentar defende a “revolução iniciada no dia sete de abril” e as novidades decorrentes dela, a exemplo das reformas na Constituição. A segunda etapa corresponde ao ano de 1835, período de transição, onde, ele começa a dar sinais de mudanças. E por último, os anos de 1836 á 1839, quando ele, de fato, defende medidas mais conservadoras na edificação do Estado, que ficaram conhecidas como Regresso.

O crescimento gradativo da importância tanto periódico estudado, quanto do próprio movimento do Regresso, apontam qual era o discurso que ganhava a disputa, entre as diferentes correntes, na construção do Estado brasileiro. A vitória do Regresso no final das regências indicou a vitória conservadora na direção tomada pela política imperial durante o Segundo Reinado.

Portanto, Vasconcelos e seu jornal, o Sete d'Abril, são emblemáticos para compreender o período regencial como um laboratório de formulações e práticas de doutrinas conservadoras<sup>19</sup>. Se no início do período regencial era inconcebível falar em ordem e autoridade, no decorrer das regências, essas palavras tornaram-se chave para *salvar o Brasil do processo revolucionário iniciado em 1831*. Estamos falando de discursos que visavam legitimar um determinado projeto político e que, por isso, apesar de serem percepções da realidade, não podem ser encarados como

<sup>17</sup> CARVALHO, José Murilo de (org.). Bernardo Pereira de Vasconcelos (1795-1850). São Paulo: Ed. 34, 1999.

<sup>18</sup> Sete d'Abril n.531 – p.3

<sup>19</sup> BASILE, Marcello Otávio. O laboratório da nação: a era regencial (1831-1840). In: Keila Grinberg; Ricardo Salles. (Org.). O Brasil imperial, v. 2 (1831-1870). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, v. 2.

imparciais<sup>20</sup>. Logo, uma reflexão é indispensável: Se durante as regências praticamente tudo foi colocado em questão - desde a monarquia, a escravidão e até o próprio território brasileiro, será, por isso, que Vasconcelos adota, desde 1836, uma postura mais conservadora? Ou será que essa postura estava associada a um discurso que se apropriava da realidade para garantir um espaço de atuação no jogo político? Com certeza, um pouco dos dois. Esse era um movimento de mão dupla, onde, ao mesmo tempo em que, os acontecimentos turbulentos desse período moldavam cada indivíduo, estes faziam suas leituras da realidade e a partir delas, interferiam na sociedade, visando um espaço de atuação no Estado. E assim o Regresso foi etapa fundamental para a construção do Estado Brasileiro a partir dos ideais centralizadores e autoritários.

---

<sup>20</sup> CHARTIER, Roger. Textos, impressões e leituras. In: Lynn Hunt (org.). A nova História Cultural. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p.211-238.